

A língua cabo-verdiana como elemento da identidade

João Paulo Madeira¹
Universidade de Cabo Verde

Resumo

Decorrente da necessidade de comunicação entre os diferentes contingentes populacionais que participaram no processo de povoamento do Arquipélago de Cabo Verde, surge a língua crioula cabo-verdiana, que se afirma como elemento estruturante da identidade e da Nação. No presente artigo, procura-se, através de uma análise sócio-histórica, compreender a língua crioula cabo-verdiana e a sua importância na afirmação da identidade nacional. A língua crioula ultrapassa hoje a fronteira nacional, unindo os cabo-verdianos nas ilhas e na diáspora, inculcando nos mesmos a ideia de Nação. Este artigo tem, por conseguinte, o objectivo de compreender o processo que envolve a língua crioula cabo-verdiana, desde a sua génese à sua afirmação.

Palavras-chave: Língua Cabo-Verdiana; Identidade; Nação.

Introdução

A colonização e o povoamento do arquipélago de Cabo Verde puseram em contacto povos diferentes circunscritos a dois espaços culturais distintos: Europa e África. Tais povos, em si mesmo heterogéneos nas respectivas origens, sobretudo os grupos étnicos africanos, passaram por um processo de miscigenação na ilha de Santiago, dando origem a uma sociedade com características muito específicas nomeadamente a identidade própria e o sentido de Nação, que se construíram com o passar dos anos.

Ao falar da identidade, em Cabo Verde é imprescindível destacar o papel das instituições de cariz social e religioso, que, nos primórdios da colonização e povoamento (1460-1462), foram importantes na afirmação cultural e identitária desta Nação. É indispensável também ter em conta as características endógenas do arquipélago de Cabo Verde, tais como: a geografia, o clima e o território, permitindo que, no universo dos países colonizados pelo Império Português, a Nação se apresentasse como única e singular, e a identidade nacional se estruturasse em torno de várias subestruturas como: a língua, a música, a gastronomia, a literatura entre outras.

¹ Professor no Departamento de Ciências Sociais e Humanas (DCSH) da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP-UL) e Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade de Lisboa (UL) com interesses de pesquisa em formação da identidade e construção do Estado-Nação em Cabo Verde.

A língua cabo-verdiana uniu, no passado, e une na actualidade, os cabo-verdianos e gerou uma coesão social no arquipélago e na diáspora, sendo a língua materna, aprendida desde o berço e preservada de geração em geração e considerada o principal traço identitário da Nação cabo-verdiana. Língua de comunicação informal, em oposição ao português (a língua oficial), a língua crioula cabo-verdiana é, no âmbito da sociolinguística, a língua de relações sociais, familiares e afectivas, que narra a história do povo do arquipélago e as motivações subjacentes a este.

1- Da génese à afirmação da língua crioula cabo-verdiana

A língua crioula cabo-verdiana nasce e afirma-se com a origem do povo cabo-verdiano. Resultado da conjuntura do povoamento e colonização do arquipélago, ela é reconhecida como importante elemento da identidade e da *caboverdianidade*, tornando-se, perante o regime colonial, construtora da identidade nacional. Para os cabo-verdianos a língua crioula não é apenas um meio de comunicação, mas também de afirmação identitária e de se sentirem verdadeiramente cabo-verdianos. “A língua caboverdiana é, deste modo, a nossa bandeira cultural e um dos elementos mais significativos do nosso cartão de identidade” (Veiga 2002: 7).

A língua cabo-verdiana, como língua materna, surgiu da necessidade urgente de comunicação e de compreensão mútua entre grupos presenciais na povoamento/colonização do Arquipélago de Cabo Verde. Surge da interacção e interadaptação entre as línguas presentes neste processo. Ela nasce no contexto colonial português, o que possibilitou a sua passagem por um processo sociolinguístico e consequentemente com marcas visíveis na sua estrutura linguística (Lima 1992: 24-25).

O crioulo, língua nacional do povo caboverdiano, emergiu de uma situação histórica e social que tem por nome o colonialismo (...) o crioulo aparece como língua de tipo específico, produto do encontro de várias línguas, em que uma delas, europeia, se assume como dominante, e as restantes africanas, passam à condição de dominados (Duarte 2003: 35).

Nos primórdios do povoamento, os africanos, provenientes de diferentes etnias e regiões, não compreendiam a língua do colonizador, tendo sido obrigados a criar uma nova língua, que lhes permitisse a comunicação. Tendo por base o português, esta forma de comunicação rudimentar, conhecida como “proto crioulo”, alastrou rapidamente por todo o arquipélago. Como solução, “utilizaram os lexemas portugueses com a sintaxe das suas próprias línguas, mas numa perspectiva de autonomização estrutural” (Duarte 2003: 37).

O contacto entre os grupos presenciais no processo de povoamento de Cabo Verde foi fundamental no surgimento da língua crioula cabo-verdiana. O seu aparecimento “se deveu à necessidade de comunicação entre portugueses e

povos das costas africanas” (Caniato 2002: 130). Ademais, a nova língua que se formou, neste caso a língua crioula cabo-verdiana, era preponderantemente de base lexical portuguesa, ou seja, à primeira vista, ela “parece quase sem excepção derivada do português” (Quint 2009: 130), português dos séculos XV e XVI (Carreira 1983: 339).

O crioulo cabo-verdiano atravessou um processo de evolução até se tornar a língua que hoje identifica a Nação cabo-verdiana. A sua formação e evolução deve-se a três fases importantes: (i) o pidgin; (ii) o proto crioulo e (iii) o crioulo, ou seja, a língua cabo-verdiana.

O pidgin que é a forma mais rudimentar de comunicação verbal, ou seja, a linguagem veicular que surgiu como forma de resolver todo um embaraço social na comunicação nas primeiras décadas da colonização de Cabo Verde; O proto-crioulo, que corresponde ao aperfeiçoamento do pidgin pelo acrescento de vocábulos e pelo uso de um sistema gramatical mais estruturado que o do pidgin; (iii) O crioulo propriamente dito, resultante de uma soma considerável de vocábulos originários de uma língua em que se apoiou, adaptado aos órgãos articulatórios do grupo de aprendiz, e de formas gramaticais correctas mais complexas do que as utilizadas no proto-crioulo (Carreira 1982: 87).

Através desta análise surge a tabela (1), que possibilita compreender o surgimento e a evolução da língua materna cabo-verdiana.

Fases	Épocas	Caracterização
Pidgin	Inícios da descoberta e colonização (1462).	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Comunicação confusa; ➤ Pouca estruturada em termos gramaticais e lexicais; ➤ Ausência de base sintáctica.
Proto crioulo	A partir do século XVII.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Algumas bases lexicais e gramaticais; ➤ Mais bem estruturado que o pidgin, e o reforço na base sintáctica.
Crioulo	Meados do século XVII e inícios do século XVIII.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recursos gramaticais e lexicais próprios; ➤ Estabilidade estrutural, assente numa base sintáctica melhorada.

Tabela 1: Origem e evolução da língua crioula cabo-verdiana (Fonte: adaptação às bibliografias de João Lopes Filho (1981) e António Carreira (1982)).

1.1. Papel da língua portuguesa na formação da língua cabo-verdiana

A relação entre a língua crioula cabo-verdiana e o português é, por um lado, de filiação histórico-cultural, sendo que a base lexical deriva maioritariamente do português, avaliada em mais de 90% dos vocábulos. O português faz parte, da cultura cabo-verdiana, em conjunto com a língua materna (o crioulo), pelo facto de este último germinar maioritariamente do português (Delgado 2008: 201).

O português, principalmente o do século XV e XVI, foi fundamental no surgimento da língua crioula cabo-verdiana, que se formou algumas décadas após o início da ocupação do arquipélago de Cabo Verde, aliás, aproximadamente setenta anos após o povoamento (Carreira 1983: 344). Ela nasceu de um processo mesclado, que se expandiu primeiramente na ilha de Santiago e, posteriormente, nas restantes ilhas do arquipélago.

Em Santiago, a crioulação do português deve, portanto, ter começado logo nas primeiras décadas após a descoberta. Por conseguinte, o crioulo desta ilha é um dos mais antigos crioulos de base europeia ainda vivos, ou talvez até o mais antigo (...). Os escravos oriundos do continente africano eram baptizados em Santiago e recebiam aí uma instrução rudimentar (latinização), o que poderia explicar a presença de certos elementos luso-crioulos em muitas línguas crioulas das Caraíbas (Lang 2001: 228-229).

Um escritor anónimo no ano de 1784, considerava que, pela grande influência da língua crioula cabo-verdiana ou do “falar da terra”, os brancos, na sua maioria, não comunicavam em português puro. A justificação era que “raro (são) os que sabem falar a língua portuguesa com perfeição, e só vão seguindo o estilo de falar da terra” (Carreira 1982: 68) ou seja, da língua crioula cabo-verdiana, que se afirmava paulatinamente e influenciava mutuamente a comunicação entre os senhores brancos e entres estes e os escravos. A língua crioula cabo-verdiana surgiu nas circunstâncias em que o colonizador não conseguiu “impor a sua língua no seu relacionamento com o escravo nos primórdios do povoamento, aconteceu um processo de aproximação através da utilização comum, embora limitada, de versões simplificadas de ambas as línguas” (Filho 1981: 14).

A importância do português no surgimento da língua crioula cabo-verdiana é reconhecida, partilhando ambas o mesmo universo e definindo a situação sociolinguística em Cabo Verde. Considera-se que a língua crioula cabo-verdiana é uma “forma menos correcta do português” (Fanha 1983: 297).

2- A coabitação hoje entre a língua materna e a língua portuguesa, língua segunda

O panorama linguístico em Cabo Verde é marcado essencialmente pela coabitação de duas línguas: língua aceite pacificamente como língua oficial, mas tendencialmente a ser assumida como língua segunda. É tida como língua de

comunicação formal, utilizada, quase sempre na comunicação social, na administração e no ensino.

Questiona-se se a situação linguística em Cabo Verde é de bilinguismo ou de diglossia. É uma questão que marca um debate renhido, defendendo-se teses de acordo com perspectivas e abordagens teóricas em realce. A situação linguística em Cabo Verde pode parecer à primeira vista um bilinguismo, mas, na verdade, não há um verdadeiro bilinguismo, porque, por um lado, o bilinguismo exige da comunidade um domínio efectivo dos dois sistemas linguísticos presentes e de igual estatuto oficial equiparado; por outro lado, o português, apesar de ser a língua oficial em Cabo Verde, é usado apenas em situações especiais de comunicação, o que se traduz num uso restringido dessa língua por parte da população, ou seja, o uso em circunstâncias específicas e formais de uma pequena elite (Veiga 2004: 99).

Seria um equívoco considerar que a sociedade cabo-verdiana é bilingue, porque apesar de os cabo-verdianos entenderem o português, nem todos falam esta língua (Lima 1979: 109-112). A relação que se estabelece entre as duas línguas em Cabo Verde (português e a língua crioula cabo-verdiana), não se trata de uma relação de “bilinguagem”, mas sim de diglossia. O bilinguismo tornar-se-á real no momento em que existir “uma relação existencial e comprometida entre as duas línguas”, no seio da comunidade cabo-verdiana, e, se assim vier a ser, verificar-se-á um enriquecimento cultural do povo cabo-verdiano (Duarte 2003: 279).

Existe uma diglossia em Cabo Verde, e “é caracterizada pela exclusividade dos contextos da escrita para a língua portuguesa e pela predominância do uso da língua materna nos contextos de oralidade” (Mendes 2004: 15). Independentemente de a situação linguística em Cabo Verde se caracterizar pelo bilinguismo ou diglossia, a coabitação é pacífica entre a língua materna e a língua oficial, pelo facto de as mesmas serem consideradas como elementos fundamentais da identidade cabo-verdiana.

Entretanto, coloca-se um outro problema que se prende com facto de a língua crioula cabo-verdiana interferir na aprendizagem oral e escrita da língua portuguesa. Entende-se a interferência “como o conjunto de dificuldades encontradas pelo sujeito aprendente e os erros por este cometidos, devido à influência da sua LM [Língua Materna] ou de uma outra LE [Língua Estrangeira] estudada anteriormente” (Carvalho 2004: 75). Esta interferência pode, de facto, ocorrer quer a nível fonético-fonológico, quer a nível morfológico e/ou sintáctico. Muitos cabo-verdianos desconhecem a fronteira linguística entre o português e a língua crioula cabo-verdiana, o que facilita a invasão mútua das fronteiras, impossibilitando uma aprendizagem sadia e consistente dessas línguas.

Para pôr cobro à situação da interferência da língua crioula cabo-verdiana na aprendizagem do português, é necessário que, principalmente os alunos, como instrumentos primários da aprendizagem, tenham em conta a questão da

oralidade, sem negligenciar a escrita, levando à prática a língua nas melhores condições possíveis (Duarte 1997: 4). É em torno desta possibilidade que se pensou na oficialização do crioulo, em pé de igualdade com o português. Há necessidade de expandir o ensino do português em paridade com a língua crioula, no que diz respeito, principalmente, à sua situação informal no quotidiano (Veiga 2004: 128).

3- O desafio da oficialização da língua cabo-verdiana

A oficialização da língua crioula cabo-verdiana é apontada como um desafio. Por um lado, existem aqueles que acreditam que é problemático oficializar a língua crioula cabo-verdiana, defendendo que é uma língua sem padronização, sem construção e sem estruturas gramaticais; por outro, existem aqueles que acreditam na oficialização da língua crioula cabo-verdiana, por ela ser uma parte importante da história da Nação cabo-verdiana e um dos factores mais estruturantes da identidade nacional.

Para aqueles que se posicionam contra o novo estatuto que se quer atribuir à língua cabo-verdiana, o argumento central é que a oficialização, em termos operacionais, não é exequível, pois é uma língua que não apresenta uma estrutura gramatical, nem uma padronização nacional, já que existem variantes dialectais entre as ilhas do arquipélago.

Ridículo crioulo, idioma o mais perverso, corrupto e imperfeito; gíria ridícula, composto monstruoso de antigo português e das línguas da Guiné que aquele povo tanto preza e os mesmos brancos se comprazem a imitar; miscelânea de português antigo, de castelhano e francês, sem regras, algumas de gramática; língua...que carece de três letras – scilicet, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei e, desta maneira vivem sem justiça e desordenadamente (Lima 1844: 81).

A oficialização da língua crioula cabo-verdiana pode trazer a inviabilidade da utilização das variantes regionais, e a dificuldade de readaptação, neste caso dos escritores que já levaram décadas a escrever em português. E, ademais, a difícil tarefa de os jornais nacionais escreverem em língua crioula cabo-verdiana, mormente, os documentos oficiais dos organismos públicos.

Se o crioulo for decretado como língua oficial será apenas um acto de Doutoramento Honoris Causa uma vez que a língua portuguesa continuará a ser considerada Ad Eternum como oficial, ainda que destituída por decreto. Não estou a ver os jornais do país a serem escritos em crioulo, nem os documentos e funções dos organismos públicos a serem concebidos na língua da terra ou de acordo com a língua de cada ilha (...) nós os escritores lusófonos, que será de nós que escrevemos em português? Podem dizer-nos: escreve em crioulo! Qual dos crioulos, o de Santo Antão, o de Santiago, o de Santa Luzia? O Português é o nosso sermo eruditus, e o

crioulo o nosso sermo vulgaris. Continuemos como estamos porque estamos bem (Sousa 2004: 3).

A oficialização do crioulo cabo-verdiano seria “um salto no escuro com complicadas conseqüências” (Sousa 2004: 3). Para os defensores da oficialização da língua crioula cabo-verdiana são da opinião que torná-la efectiva seria fazer justiça aos antepassados, dar conteúdo à matéria e robustecer a identidade nacional, solidificando a Nação.

A oficialização do Crioulo significa torná-lo capaz de executar a sua função na aprendizagem (quer como sujeito, quer como instrumentos), na função pública, nos certificados legais, nas sessões parlamentares, nas comunicações feitas ao país pelos órgãos soberanos, nos meios de comunicação social, na literatura, em todas as situações de comunicação formal. (Veiga 2004: 107).

É necessária a oficialização da língua crioula cabo-verdiana e, conseqüentemente, o seu uso como língua de ensino, por ser a língua que se fala em Cabo Verde, efectivamente nas famílias e nas relações sociais. Contudo, “infelizmente, existem ainda muitos preconceitos em relação ao crioulo. Eles existem ao mais alto nível e não vai ser fácil eliminá-los” (Duarte 2002: 55).

Vejo o futuro da língua nacional em Cabo Verde com esperança. E esta esperança não deixará certamente de constituir um dos grandes desafios a enfrentar, quer pelo Poder, quer pelos estudiosos e cidadãos de boa vontade (...) O estatuto que se preconiza é o de língua oficial, tal como vem acontecendo com a língua portuguesa (Silva *apud* Laban 1992: 177).

Na tentativa de levar a cabo a oficialização da língua cabo-verdiana, cria-se, em 1998, o Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo Cabo-verdiano, designada pela sigla ALUPEC², com o objectivo de estandardizar a escrita da língua crioula cabo-verdiana, valorizando-a como a língua do quotidiano e elemento essencial da identidade nacional.

Independentemente da importância que se atribui ao ALUPEC, e da oficialização do crioulo cabo-verdiano, o que recai essencialmente no debate sobre a situação linguística em Cabo Verde, é o peso da língua crioula cabo-verdiana na definição e formação da cultura cabo-verdiana e da identidade nacional. A sua permanência nas ilhas do arquipélago é prova mais do que suficiente que “tal como a morna ou a cachupa” ela “faz parte do património cultural do cabo-verdiano” (Duarte 2003: 100).

² ALUPEC – Alfabeto Unificado Para a Escrita do Crioulo Cabo-verdiano, aprovado pelo Decreto-lei n.º 67/ 98 de 31 de Dezembro para vigorar por um período experimental de 5 anos, e instituído como alfabeto cabo-verdiano pelo Decreto-lei, Nº 8/ 2009 de 16 de Março.

Considerações finais

A língua cabo-verdiana nasce de uma conjuntura muito particular e permanece na memória colectiva da Nação cabo-verdiana. O papel que ela desempenha na construção da identidade nacional é impar, simbolizando a união entre os conterrâneos cabo-verdianos, tanto no arquipélago como nas diásporas.

A língua crioula cabo-verdiana, a língua materna, desempenha para os cabo-verdianos um papel de extrema importância no seu reconhecimento como Nação. Se por um lado, ela surge com o nascimento do povo cabo-verdiano, por outro, afirma-se com a progressiva afirmação da identidade nacional. Língua das relações familiares, sociais e afectivas, a língua crioula cabo-verdiana é reconhecida num recorte social, cultural, político e económico peculiar, porque ela encerra o verdadeiro sentido da Nação cabo-verdiana.

Em coabitação com o português, a língua cabo-verdiana partilha de um universo complexo, procurando a sua oficialização em paridade com a língua oficial (o português). Para os cabo-verdianos, a língua crioula cabo-verdiana constrói o imaginário da Nação e da identidade nacional, é a língua da oralidade e da informalidade que narra a sua história e compõe as músicas que interpretam fielmente o seu quotidiano.

Referências bibliográficas

- Carreira, António (1983): *Cabo Verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro.
- Carreira, António (1982): *O Crioulo de Cabo Verde: Surto e Expansão*. Lisboa: Mem-Martins Gráfica.
- Caniato, Benilde Justo (2002): “Língua Portuguesa e línguas Crioulas nos Países Africanos”. *Via Atlântica*, número 5: 129-138.
- Carvalho, Judite Maria (2004): *A Consciencialização do Processo de Transferência: um Contributo para a aprendizagem do Alemão Língua Estrangeira em Contexto Escolar Português* (Dissertação de Mestrado). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Delgado, Carlos Alberto (2008): *Crioulo de Cabo Verde: Situação linguística da zona de barlavento*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Duarte, Dulce Almada (2003): *Bilinguismo ou Diglossia? As Relações de Força entre o Crioulo e o Português na Sociedade Cabo-verdiana*. Praia: Spleen Edições.
- Duarte, Dulce Almada (2002): “História da Escrita em Cabo Verde”. In: Grupo para a Padronização do Alfabeto (Orgs.) *Proposta de Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano*. Praia: IIPC: 49-97.
- Duarte, Dulce Almada (1977): “Uma nova pedagogia de ensino do português em Cabo Verde”. *Revista Raízes*, ano I, número 2: 4.
- Fanha, Dulce Pereira (1983): “Aspectos do contacto entre o português e o crioulo de Cabo Verde”. In: Luís Filipe Lindley Cintra *et. al.*, (Eds.). *Actas do Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo*, volume II. Lisboa: ICALP: 292-310.
- Filho, João Lopes (1981): *Cabo Verde: Subsídios para um Levantamento Cultural*. Lisboa: Plátano.

- Laban, Michel (1992): *Cabo Verde: Encontro com Escritores*, volume 2. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida.
- Lang, Jürgen (2001): “Breve esboço da gramática do crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde)”. *Santa Barbara Portuguese Studies*, número 5: 228-254.
- Lima, Augusto Mesquitela (1992): *A Poética de Sérgio Frusoni: Uma Leitura Antropológica*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Português.
- Lima, Augusto Mesquitela (1979): “O bilinguismo e o problema da escrita”. In: Manuel Veiga (Ed.). *1º Colóquio Linguístico sobre o crioulo de Cabo Verde*. Mindelo: Instituto Nacional de Investigação Cultural: 109-112.
- Lima, José Joaquim Lopes de (1844): *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde no Mar Atlantico e suas dependencias na Guiné Portuguesa ao norte do Equador*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Mendes, Maria Mafalda Sanches de Azevedo (2005): “Cabo Verde: ir à escola em L2”. In: Maria Helena Mira Mateus & Luísa Teotónio Pereira (Orgs.). *O Português em África*. Lisboa: CIDAC: 113-135.
- Quint, Nicolas (2009): “O Cabo-verdiano: Uma língua mundial”. *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, numero 3: 129-144.
- Sousa, Henrique Teixeira De (2004): “Crioulo língua oficial”. *Jornal Terra Nova*, numero 335: 3.
- Veiga, Manuel (2004): *A construção do bilinguismo*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Veiga, Manuel (2002): *O Caboverdiano em 45 Lições*. Praia: INIC.